



Sessão temática: Trabalho, questão social e Serviço Social.
Mesa coordenada Dependência, padrão de reprodução do capital e questão social
no Brasil e na América Latina

“QUESTÃO SOCIAL” NA AMÉRICA LATINA: ACUMULAÇÃO PRIMITIVA E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

MIRELLA ROCHA¹

Resumo: Esse artigo objetiva contribuir à análise da “Questão Social” a partir do solo histórico-estrutural da América Latina, isto é, da centralidade da superexploração da força de trabalho, considerando o marco teórico-político da Teoria Marxista da Dependência (TMD). Defendemos que ante o cenário latino-americano – e particularmente, brasileiro – do século XXI, a atualidade do debate sobre a superexploração da força de trabalho é uma possibilidade real de aglutinar o campo teórico que enfrente a “questão social” nos marcos da dependência latino-americana. Em nossa hipótese essa possibilidade se potencializa se considerarmos a dependência historicamente, desde a antessala do subdesenvolvimento no período da acumulação primitiva e suas expropriações, com as contradições e disputas políticas que remetem ao capitalismo mercantil fundado na violência, no racismo e no patriarcado, essencialmente.

Palavras-Chave: Questão Social; Dependência; Superexploração da Força de Trabalho; Opressões.

Abstract: This article aims to contribute to the analysis of the "Social Question" from the historical-structural soil of Latin America, that is, from the centrality of the superexploitation of the labor force, considering the theoretical-political framework of the Marxist Dependency Theory. We argue that in the face of the Latin American and particularly Brazilian scenario of the twenty-first century, the current debate on the overexploitation of the labor force is a real possibility of bringing together the theoretical field that faces the "social question" within the framework of Latin dependence-American. In our hypothesis this possibility is potentialized if we consider the dependence historically, from the antecession of underdevelopment in the period of primitive accumulation and its expropriations, with the contradictions and political disputes that refer to mercantile capitalism founded on violence, racism and patriarchy, essentially.

Keywords: Social Issues; Dependency; Overexploitation Of The Work Force; Oppressions.

INTRODUÇÃO

A conjuntura atual evidencia a barbárie que acompanha a tentativa de retomada do circuito de valorização do capital, no cenário da acumulação capitalista em escala global, com particulares consequências nos países dependentes – os quais experimentaram ligeiro período expansivo no momento posterior ao colapso da bolha especulativa no mercado norte-americano em

¹ Professora com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: <mirellafr@gmail.com>.

2008², *boom* financeiro que é expressão da agudização da crise sistêmica do capital, desde meados dos anos 1970³. Com o arrefecimento da expansão do crédito e das medidas que buscaram impulsionar o consumo de massas no período, a partir de 2014 a região experimentou um recesso econômico. Particularmente no Brasil, o ano de 2015 amargou uma retração de 3,8% do PIB, o pior resultado para a economia nacional desde 1990⁴, situação que levou o país a registrar a marca de 10 milhões de desempregados nesse ano e 12 milhões em 2016, conforme indica a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD) (IBGE, 2016).

Esse cenário contrasta com os ventos progressistas anunciados na conjuntura latino-americana do início do século, com a vitória eleitoral de candidaturas de base programática democrático-popular⁵, as quais não

² Reafirmando uma tendência já registrada anteriormente, os países subdesenvolvidos reportaram um desempenho econômico muito superior ao dos países desenvolvidos no período inicial da crise. No ano de 2010, por exemplo, o Paraguai cresceu 13,9%, a Argentina 9,2%, o Brasil 7,5%, o México 5,5% e o Chile 5,2%, diferentemente da região da zona do Euro, que registrou 1,7% de crescimento e dos EUA que cresceu 2,8% (BM, 2016). Segundo análise de Gunder Frank (1973 [1969]) as breves experiências de desenvolvimento das economias subdesenvolvidas ocorrem na justa medida em que os laços com as economias desenvolvidas ficam débeis, em virtude da situação de crise no centro do sistema. Em sua análise: “Aparte de algunas de menor importancia, sobresalen cinco periodos de grandes crisis que parecen confirmar la hipótesis. Estos son: la depresión europea (especialmente española) del siglo XVII, las guerras napoleónicas, la primera Guerra Mundial, la depresión de los años 30 y la segunda Guerra Mundial. Está claramente establecido y generalmente reconocido que el desarrollo reciente más importante – especialmente de Argentina, Brasil y México, pero también de otros países tales como Chile – ha tenido lugar precisamente durante los periodos de las dos grandes guerras y la depresión intermedia. Gracias al consiguiente debilitamiento de los lazos comerciales y de la inversión durante esos periodos, los satélites iniciaron un crecimiento marcado de industrialización autónoma. La investigación histórica demuestra que lo mismo sucedió en América Latina durante la depresión europea del siglo XVII. Creció la manufactura en los países latino-americanos y muchos de ellos, como Chile, se convirtieron en exportadores de productos manufacturados. Las guerras napoleónicas hicieron brotar movimientos de independencia en América Latina y esto debe quizás interpretarse como una confirmación, en parte, de la hipótesis de desarrollo.” (GUNDER FRANK, 1973 [1969], p. 27).

³ Mandel (1990 [1985]) infere que desde a formação do mercado mundial capitalista, em 1825, até os anos 70 do século XX, registraram-se 20 crises, sendo 19 delas crises cíclicas parciais (atingindo um ou alguns países simultaneamente) e a de 1974/75, uma crise sistêmica, uma crise sincronizada à escala mundial. As 19 crises cíclicas referidas por Mandel são as dos anos de 1825, 1836, 1847, 1857, 1866, 1873, 1882, 1891, 1900, 1907, 1913, 1921, 1929, 1937, 1949, 1953, 1958, 1961 e 1970. A crise sincronizada à escala mundial, ou seja, aquela que atingiu todo o sistema capitalista, é a que tem início nos anos em 1974/75 e que perdura até hoje, a qual, para Mészáros (2010), deve ser considerada como uma crise estrutural do capital.

⁴ Cf. Matéria do Jornal *Valor Econômico* (MOTTA et al., 2016).

⁵ Referimo-nos às sucessivas eleições de Hugo Rafael Chávez Frías, na Venezuela, desde 1998, e de Nicolás Maduro, desde 2013; à vitória, no Brasil, de Luís Inácio Lula da Silva, em 2002, sua posterior reeleição em 2006 e eleição de sua sucessora Dilma Rousseff, em 2010 e 2014; à chegada de Néstor Kirchner à Casa Rosada em 2003 e à continuidade com Cristina Kirchner a partir de 2007, reeleita em 2011; ao triunfo eleitoral da *Frente Amplia* representada por Tabaré Vázquez e José Mujica, no Uruguai,

tardaram em revelar seu limite político-estratégico, expresso na fragilidade do reformismo proposto. No Brasil, sob o manto da ideologia novo-desenvolvimentista, a tônica do período foi a tentativa de aliar o fortalecimento do capital, por meio da garantia da expansão dos lucros capitalistas em tempos de financeirização da economia, com pequenas e contraditórias conquistas sociais para a população, como garantia de renda mínima com condicionalidades, expansão focalizada da política de assistência social e da educação superior pública, com ampliação do acesso das camadas populares às universidades. Esse contraditório e insustentável pacto de classes ruiu, como evidenciou o processo que levou à interrupção do mandato presidencial da presidenta Dilma Rousseff, em agosto de 2016, sob salvaguarda do Poder Judiciário, particularmente do Supremo Tribunal Federal (STF), essencial para garantir a cortina de legalidade ao que, em realidade, se tratou de um Golpe Institucional Parlamentar.

No poder, o impacto da estratégia golpista sobre os recursos nacionais estratégicos – a exemplo do petróleo brasileiro – e os direitos sociais – arduamente conquistados e apenas parcial e contraditoriamente materializados –, repercutem duramente sobre as condições de reprodução da classe trabalhadora – em sua maioria, à margem da proteção social. Adensa esse cenário, a recente promulgação da Emenda Constitucional n. 95, que limita por 20 anos os gastos públicos, bem como, as propostas de Reformas da Previdência Social, Trabalhista e Educacional, as quais atacam duramente os trabalhadores e têm sido levadas a cabo em processos truculentos que ademais de cercearem direitos civis e políticos da população, reprimem violentamente qualquer intento de resistência dos trabalhadores. O panorama da barbárie denota um reforço da capacidade de ação do Estado em benefício da rentabilidade do capital, evidenciando seu demarcado vínculo de classe, bem como agudiza as expressões da chamada “questão social”, razão pela qual nos debruçamos sobre esse tema nesse texto.

desde 2004; à ascensão de Evo Morales à presidência da Bolívia, desde 2006; à ascensão ao poder de Rafael Correa, no Equador, desde 2006, e de Daniel Ortega, na Nicarágua, também em 2006; ainda nesse mesmo ano, à disputa acirrada no Peru, à evidente fraude eleitoral no México e à chamada “Outra campanha” proclamada pelo movimento Zapatista; por fim, à eleição de Fernando Lugo, no Paraguai, em 2008, e à vitória de Ollanta Humala, no Peru, em 2011.

DESENVOLVIMENTO

O primeiro registro fundamental em nossa análise é elucidarmos que considerar o modo de produção capitalista na América Latina como “*capitalismo sui generis*” (MARINI, 1973) não significa que trata-se de uma genericidade distinta daquela que peculiariza a produção e reprodução capitalista de modo geral. Trata-se da consideração das formas particulares que regem a reprodução do capital nas economias dependentes, no marco do desenvolvimento do capitalismo como sistema mundial. Para Osório (2013):

El universal capitalismo, en su despliegue *histórico*, reclama ser pensado en la realidad efectiva de los particulares que han tomado forma en su despliegue, como la conformación del capitalismo en un *sistema mundial* y con diversos capitalisms *operando de manera diversa en la acumulación mundial*, economías centrales o imperialistas, economías periféricas o dependientes. El capitalismo se constituye así en *universalidad diferencia*, lo que exige de *nuevos conceptos y categorías* para ser aprehendido, en la medida que en dicho hacerse se integran procesos y relaciones que redefinen el universal, y porque los particulares generan diversidad real, novedad efectiva de lo distinto, haciendo del capitalismo *unidad de lo diverso* (OSORIO, 2013, p. 20, grifo do autor).

Nos termos de Osório (2013), o capitalismo *sui generis* é a forma particular no bojo da *universalidade diferenciada do capitalismo*. Com relação à universalidade, Marx e Engels (2011 [1845]), em diálogo com os filósofos idealistas alemães, afirmam a necessidade de se destruir o vazio criado pelas especulações místicas do universal. Nessa análise recorrem à abstração “fruta”: os autores sustentam que essa categoria – que caracteriza um conceito mais geral em relação a uma determinada fruta – não existe a não ser no pensamento. Trata-se, portanto, de uma representação, um processo mental em que o homem, através de experiências de gerações com frutas específicas (o singular), em determinadas circunstâncias histórico-concretas (o particular), reúne as características comuns, encontradas nos diferentes tipos de frutas específicas, em uma categorização abstrata – o universal, o qual se tomado como o próprio real-concreto não passa de especulação idealista.

Marx e Engels seguem explicando que quando se toma essa categorização abstrata – “fruta” – como sendo a substância em si e por si e as diferentes frutas como mero modo aparente e específico dessa substância

universal, estamos frente a uma especulação filosófica do universal, posto que se parte da abstração e se busca encontrar as frutas reais, porém, ironizam: “na condição de frutas dotadas de uma significação mística mais alta, frutas que brotam do éter do teu próprio cérebro e não do solo material, são encarnações ‘da fruta’, do sujeito absoluto”. (MARX; ENGELS, 2011 [1845], p. 74)

Assim, inferem que para se chegar a riqueza especial de determinações do real, é necessário apreender a universalidade como uma abstração que tem sua base concreta na própria realidade, de modo que *chega a ser impossível, inclusive, chegar ao contrário da abstração ao se partir de uma abstração, quando não desisto dessa abstração*. (MARX; ENGELS, 2011 [1845])

É nesse sentido que compreendemos o intento do arcabouço teórico-político da Teoria Marxista da Dependência (TMD), ao passo que trata de considerar as tendências gerais do modo de produção capitalista, porém partindo da realidade mesma, da forma particular como o capitalismo se reproduz na latitude subdesenvolvida.

Nesse sentido, considerada a visão materialista do mundo, temos que o caminho a ser percorrido em direção a problematização da “questão social” na América Latina não deve partir da teoria, num movimento que posteriormente intenta enquadrar a realidade nela. Caio Prado Jr. em *A Revolução Brasileira* (2004 [1966]) denuncia que tal expediente se tornou prática corriqueira na análise da realidade promovida pelo marxismo brasileiro, colonizado pelos manuais soviéticos da década de 1950. Caio Prado se referia sobretudo ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) de seu tempo, mas não podemos negar que tal apropriação se difundiu bastante em toda a América Latina. Para Aricó (1983):

Ausente una relación original con la complejidad de las categorías analíticas del pensamiento marxista, y con su potencial cognoscitivo aplicado a formaciones nacionales concretas, el marxismo fue en América Latina, salvo muy escasas excepciones, una réplica empobrecida de esa ideología del desarrollo y de la modernización canonizada como marxista por la Segunda y la Tercera Internacional. (ARICÓ, 1983, p. 48)

No Brasil, a crítica devastadora de Caio Prado ao apriorismo metodológico, que partia da teoria ao fato concreto e promovia assim uma

"teorização às avessas", reforçou uma tendência crítica e autônoma intelectualmente dentro do próprio partidão. Correntes contrárias a esta forma de análise (a qual conseqüentemente promovia uma ação política também desconhecida em relação à realidade) começaram a questionar postulados como a presença de resquícios feudais no Brasil e a dualidade entre uma burguesia comercial ou compradora e uma burguesia nacional ou desenvolvimentista.

Ainda que alimentada por razões distintas, as velhas indagações sobre o caráter do suposto atraso latino-americano também estiveram presentes na Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), organismo criado pela Organização das Nações Unidas (ONU), no bojo do projeto de consolidação da hegemonia norte-americana, após o fim da segunda grande guerra, quando o tema do desenvolvimento começa a figurar como horizonte universal.

Na formulação da CEPAL, a economia mundial estaria organizada em um sistema de centro-periferia, sendo que os primeiros se apropriavam dos valores produzidos pelas segundas. O diagnóstico cepalino inferia que os preços dos bens exportados pela periferia – essencialmente matérias primas e alimentos – tendiam a decrescer enquanto que os bens exportados pelo centro vinham na direção contrária: tratavam-se de bens industriais que tendiam a ter preços mais elevados. Com essa deterioração dos termos de troca, a solução apontada era que os países latino-americanos impulsionassem a industrialização, como fórmula que permitiria reter os frutos do progresso técnico *hacia adentro*. Porém, mesmo nos países onde a industrialização mais avançou, essa receita logo se revelou uma farsa: todas as contradições do subdesenvolvimento continuavam ali, especialmente a concentração de renda e riqueza que seguiu aumentando, bem como a dependência externa.

Nesse contexto, a TMD surge por iniciativa de um grupo de militantes e intelectuais, os quais atuavam no Brasil junto à Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP) e, após o exílio no Chile, na década de 1960, militavam no Movimento de Esquerda Revolucionário (MIR) e também

realizavam estudos e pesquisas⁶ em embate tanto com as teses dos Partidos Comunistas quanto com a ideologia desenvolvimentista presente nas análises da CEPAL⁷.

No bojo dos aportes da TMD, os postulados sobre os “restos feudais” que figuravam na análise do PCB, não correspondiam a uma realidade que já era capitalista desde o momento mesmo de sua integração ao mercado mundial. Na essência de sua suposta fachada feudal, o sistema colonial cumpria uma função capitalista à medida que produzia para o mercado, em especial o mercado metropolitano. Assim, o que se identificava como resquícios feudais era justamente a forma específica com que se desenvolveu o capitalismo em nossas paragens, pela via do latifúndio, do trabalho escravo e da exportação de monoculturas. Também a suposta distinção entre uma burguesia comercial e uma burguesia nacional cai por terra quando analisamos

⁶ Referimo-nos ao grupo que sob coordenação de Theotônio dos Santos, empreendeu estudos sobre as relações de dependência na América Latina no âmbito do Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO). Destacamos além de Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Andre Gunder Frank. Bambirra (2012 [1970]) ressalta que o objetivo do grupo “era somar-se ao esforço de uma parte dos cientistas sociais do continente, que naquela época buscavam superar o pensamento desenvolvimentista, realizando a tarefa de estabelecer as bases para o desenvolvimento da teoria marxista da dependência. O cumprimento dessa tarefa naquele momento correspondia a duas ordens de necessidades: primeiro, compreender o caráter e as contradições do capitalismo dependente na fase de integração monopólica mundial, o que possibilitava explicar a profunda crise que este sistema atravessava; segundo, oferecer elementos para a reorientação da concepção estratégico-tática que guiava os movimentos revolucionários, o que se fazia imprescindível frente aos duros reveses sofridos por esses movimentos, que se deviam em parte aos seus equivocados pressupostos programáticos”. (BAMBIRRA, 2012 [1970], p. 28)

⁷ Com relação ao surgimento da TMD e o embate com os Partidos Comunistas e a CEPAL, Marini (2005 [1973]-a) esclarece: “Na realidade, e contrariando interpretações correntes, que a vêem como subproduto e alternativa acadêmica à teoria desenvolvimentista da CEPAL, a teoria da dependência tem suas raízes nas concepções que a ‘nova esquerda’ [em nota de Rodapé: Marini se refere à corrente marxista-leninista de interpretação sobre o caráter histórico do desenvolvimento capitalista latino-americano] – particularmente no Brasil, embora seu desenvolvimento político fosse maior em Cuba, na Venezuela e no Peru – elaborou, para fazer frente à ideologia dos partidos comunistas. A CEPAL só se converteu também em alvo na medida em que os comunistas, que se haviam dedicado mais à história que à economia e à sociologia, se apoiaram nas teses cepalinas da deterioração das relações de troca, do dualismo estrutural e da viabilidade do desenvolvimento capitalista autônomo, para sustentar o princípio da revolução democrático-burguesa, anti-imperialista e antifeudal, que eles haviam herdado da Terceira Internacional. Contrapondo-se a isso, a ‘nova esquerda’ caracterizava a revolução como, simultaneamente, anti-imperialista e socialista, rechaçando a ideia do predomínio de relações feudais no campo e negando à burguesia latino-americana capacidade para dirigir a luta anti-imperialista. Foi no Brasil da primeira metade dos anos de 1960 que essa confrontação ideológica assumiu perfil mais definido e que surgiram proposições suficientemente significativas para abrir caminho a uma elaboração teórica, capaz de enfrentar e, a seu tempo, derrotar a ideologia cepalina – não podendo ser, pois, motivo de surpresa o papel destacado que nesse processo desempenharam intelectuais brasileiros ou ligados de alguma forma ao Brasil”. (MARINI, 2005 [1973]-a, p. 66-67)

que a sobrevivência de ambas no sistema de dominação social que engendram em nosso país, depende essencialmente de sua vinculação ao imperialismo e do acesso à tecnologia estrangeira. Historicamente, se desenvolveram sem o controle básico sobre a massa de mais-valia. Sem o domínio sobre a riqueza socialmente produzida em solo nacional, já que substancial parte do trabalho era exportado em bens primários e acumulado apenas marginalmente pelas classes dominantes, fizeram-se reféns da estratégia imperialista de dominação primeiro colonial e depois industrial.

Mas não se reduziu a isso a função cumprida pela América Latina no desenvolvimento do capitalismo: à sua capacidade para criar uma oferta mundial de alimentos, que aparece como condição necessária de sua inserção na economia internacional capitalista, prontamente será agregada a contribuição para a formação de um mercado de matérias-primas industriais, cuja importância cresce em função do mesmo desenvolvimento industrial. O crescimento da classe trabalhadora nos países centrais e a elevação ainda mais notável de sua produtividade, que resultam do surgimento da grande indústria, levaram a que a massa de matérias-primas voltada para o processo de produção aumentasse em maior proporção. Essa função, que chegará mais tarde a sua plenitude, é também a que se revelará como a mais duradoura para a América Latina, mantendo toda sua importância mesmo depois que a divisão internacional do trabalho tenha alcançado em novo estágio. (MARINI, 2005 [1973]-a, p. 143-144)

A integração da América Latina ao centro do sistema capitalista mundial veio a deslocar a base da acumulação nos países centrais da mais-valia absoluta à mais-valia relativa, ao passo que o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base na superexploração da força de trabalho. (MARINI, 2005 [1973]-a)

A superexploração da força de trabalho é, portanto, o mecanismo utilizado pelo desenvolvimento capitalista dependente para fazer frente a esta transformação na acumulação de capital dos países centrais e a razão pela qual a receita cepalina não poderia vingar. Diminuindo o valor relativo da força de trabalho nestes países, já que opera com a exportação de bens mais intensivos em trabalho e permite a transferência de um valor de que não pode abrir mão o capitalismo central (para operar contra tendencialmente em relação à diminuição da taxa de lucro), a periferia do sistema requer a elevação do grau de exploração de suas classes trabalhadoras. Trata-se de um mecanismo

de compensação ante a estrutura desigual das relações de produção e de troca no sistema mundial: "a atividade produtiva baseia-se sobretudo no uso extensivo e intensivo da força de trabalho: isso permite baixar a composição - valor do capital, o que, aliado à intensificação do grau de exploração do trabalho, faz com que se elevem simultaneamente as taxas de mais-valia e de lucro". (MARINI, 2005 [1973]-a, p. 156)

Este ponto, que em sua gênese histórica vai condicionar decisivamente a particularidade do desenvolvimento capitalista na América Latina e no Brasil, em especial, precisa ser melhor entendido no âmbito mesmo da definição que Ruy Mauro Marini lhe dá. Referindo-se sobre os mecanismos anteriormente referenciados, o autor argumentará que:

[...] a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração da força de trabalho (MARINI, 2005 [1973]-a, p. 156-157).

Com base nos estudos de Ruy Mauro Marini e também de outros autores da TMD, é possível inferir que a superexploração da força de trabalho constitui o núcleo central da reprodução do capitalismo dependente: apoiada na superexploração de maneira estrutural, a reprodução do capital no capitalismo dependente descreve um ciclo de rotação no qual se produz uma ruptura entre a esfera da produção e a esfera da circulação, ou seja, promove o crescente divórcio entre o aparato produtivo e as necessidades de consumo das amplas maiorias da população, ao mesmo tempo em que a própria esfera de circulação também se cinde em duas.

Desse modo, assumimos a hipótese de que tal configuração estrutural delimita a forma fundamental de produção de mais-valia, reproduzindo a forma particular assumida pelo ciclo de rotação do capital nas economias dependentes e o caráter extremo das contradições capitalistas nessas

sociedades, bem como influenciando na configuração da chamada “questão social” nessa ossatura histórico-concreta.

Acerca da expressão “questão social” nas análises de grande parte dos autores do Serviço Social brasileiro signatário da tradição marxista, o termo aparece entre aspas, tanto para demarcar a ressalva à utilização da expressão – tendo em vista sua origem conservadora⁸, bem como a impossibilidade de considerá-la como uma categoria, posto que *o que existe realmente* são os determinantes, tendências e expressões da lei absoluta e geral da acumulação capitalista. Assim, para compreender a particularidade da chamada “questão social” no capitalismo dependente, como expressão da contradição fundamental do modo de produção capitalista derivada das contradições decorrentes da relação capital/trabalho, é importante remeter à superexploração da força de trabalho, ou seja, a determinações essenciais do modo característico pelo qual o capital se reproduz na América Latina, no bojo do capitalismo *sui generis* que se desenvolve no continente.

Segundo a análise de Marini (2005 [1973]-a), o capitalismo dependente é uma formação social que acentua até o limite as contradições que são próprias ao modo capitalista de produção. Sabe-se, a partir de Marx (1984 [1867]), que a exploração do trabalhador não é específica das economias periféricas, na medida em que remete ao modo de produção capitalista em si mesmo. No entanto, o que se pretende ressaltar é que:

[...] a produção capitalista, ao desenvolver a força produtiva do trabalho, não suprime, e sim acentua, a maior exploração do trabalhador; e, segundo, que as combinações de formas de exploração capitalista se levam a cabo de maneira desigual no

⁸ Netto (2006 [2001]) situa a expressão no quadro da decadência ideológica da burguesia, em seus termos: “Mas a explosão de 1848 não afetou somente as expressões ideais (culturais, teóricas, ideológicas) do campo burguês. Ela feriu substantivamente as bases da cultura política que calçava até então o movimento dos trabalhadores: 1848 trazendo à luz o caráter antagônico dos interesses sociais das classes fundamentais, acarretou a dissolução do ideário formulado pelo *utopismo*. Dessa dissolução resultou a clareza de que a resolução efetiva do conjunto problemático designado pela expressão ‘questão social’ seria função da eversão completa da ordem burguesa, num processo do qual estaria excluída qualquer colaboração de classes – uma das resultantes de 1848 foi a passagem, em nível histórico-universal, do proletariado da condição de classe em si a classe para si. As vanguardas trabalhadoras acederam, no seu processo de luta, à consciência política de que a ‘questão social’ está necessariamente colada à sociedade burguesa: somente a supressão desta conduz à supressão daquela. A partir daí o pensamento revolucionário passou a identificar na expressão ‘questão social’ uma tergiversação conservadora, e a só empregar-la indicando este traço mistificador”. (NETTO, 2006 [2001], p. 155-156)

conjunto do sistema, engendrando formações sociais distintas segundo o predomínio de uma forma determinada. (MARINI, 2005 [1973]-b, p. 89)

Ruy Mauro desvenda a fundamental importância da América Latina na consolidação do capitalismo mundial, operada em chave simultânea à própria expansão do mercado mundial através da qual se desenvolve a divisão internacional do trabalho. Aí “o desenvolvimento das relações mercantis coloca as bases para que uma melhor aplicação da lei do valor tenha lugar, mas, simultaneamente, cria todas as condições para que operem os distintos mecanismos mediante os quais o capital trata de burlá-la”. (MARINI, 2005 [1973]-a, p. 151)

Em Marx (1985 [1894]) aparece a possibilidade de “compressão do salário abaixo de seu valor real” como uma tendência geral da acumulação capitalista, que pode atuar enquanto *causa contrariante à lei da queda tendencial da taxa de lucro*. Os mecanismos citados pelo autor no capítulo XIV do livro terceiro de “O Capital” são: i) aumento do grau de exploração do trabalho; ii) compressão do salário abaixo do seu valor (*superexploração*); iii) barateamento dos elementos que constituem o capital constante; iv) incremento substantivo do desemprego e do subemprego; v) ampliação do comércio exterior no mercado mundial; vi) aumento do capital fictício. (MARX, 1985 [1894], p. 177-182)

Considerando que o capitalismo dependente é uma forma que acentua até o limite as contradições do modo de produção capitalista, talvez não seja precipitado supor que algumas dessas tendências se expressam na dinâmica própria do capitalismo dependente como forma de ser de agudizadas contradições do próprio capitalismo. Também no livro terceiro, Marx vai inferir que *na teoria, sempre se pressupõe que as leis do modo de produção capitalista se desenvolvem em sua forma pura*, porém “na realidade, há sempre aproximação; mas essa aproximação é tanto maior quanto mais o modo de produção capitalista estiver desenvolvido e quanto mais sua adulteração e seu entrelaçamento com restos de condições econômicas anteriores forem eliminados”. (MARX, 1985 [1894], p. 137)

Assim, não estamos defendendo que a superexploração da força de trabalho se trata de um fenômeno exclusivo das economias dependentes, pois

remete à tendência do modo de produção capitalista em si mesmo, porém nos parece que se expressam como dinâmica particular na forma capitalista erigida sob a agudização de suas contradições.

No entanto, há uma determinação para a qual precisamos atentar: a expressão “questão social” surgiu em virtude do fenômeno do *pauperismo*, o qual cresceu exponencialmente e de modo diferenciado da pobreza registrada anteriormente, a partir da Revolução Industrial, em sua primeira onda industrializante, ao final do século XVIII na Inglaterra. Porém não se refere restritamente às manifestações da Lei Geral da Acumulação Capitalista *em si*, mas “a designação desse pauperismo pela expressão ‘questão social’ relacionava-se diretamente *aos seus desdobramentos sócio-políticos*”. (NETTO, 2006 [2001], p. 154 - grifo nosso)

Aqui cabe mencionar um registro fundamental para a precisão da chamada “questão social” na América Latina: é que os desdobramentos sócio-políticos da Lei Geral da Acumulação Capitalista na periferia, não tem início nem com a Revolução Industrial no centro e nem com o primeiro ciclo da industrialização ocorrido na América Latina – conforme aponta a literatura especializada no Serviço Social –, mas com a *assim chamada Acumulação Primitiva*, a qual desde a latitude subdesenvolvida, para Bagu (1949), conformou o “capitalismo colonial”.

Defendemos que a Lei Geral da Acumulação Capitalista se expressa na periferia do sistema de acumulação em escala global no período do capitalismo mercantil (no centro) e capitalismo colonial (na periferia). Darcy Ribeiro (2007 [1970]) em seus estudos sobre a antropologia da civilização, investigou os processos de formação dos povos americanos, tendo em vista compreender as causas do seu desenvolvimento desigual. Na hipótese de Darcy, as sociedades contemporâneas tiveram como geratriz do seu modo de ser atual o impacto que sofreram das forças transformadoras, desencadeadas pelas duas revoluções tecnológicas: a Mercantil⁹ e a Industrial – as quais produziram a

⁹ “A *Revolução Mercantil*, caracterizada principalmente por progressos da navegação oceânica, das armas de fogo, da metalurgia do ferro, expandiu-se a partir do século XV através de dois processos civilizatórios. O primeiro deles configurou, por aceleração evolutiva, os *Impérios Mercantis Salvacionistas* da península ibérica e da Rússia moscovita que romperam, pioneiramente, com o feudalismo europeu e estabeleceram o primeiro sistema de dominação de âmbito mundial. Configurou

moderna civilização europeia ocidental, inicialmente em suas feição capitalista-mercantil e depois, imperialista-industrial.

O germe da acumulação capitalista em sua feição capital-mercantil se baseou na expropriação violenta da massa do povo, tanto internamente, no intuito de criar um mercado capitalista e expulsar o povo do campo “tendo sua base fundiária expropriada à força e dela sendo expulso e transformado em vagabundos, foi enquadrado por leis grotescas e terroristas numa disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado, *por meio do açoite, do ferro em brasa e da tortura*” (MARX, 1984 [1867], p. 277); quanto externamente, na configuração do sistema colonial, com brutal violência sobre as populações nativas em busca de terras, comércio e riquezas, os quais marcaram a aurora da era da produção capitalista.

Dessa forma, identificamos aí a gênese da “questão social” latino-americana: precisamente no confronto entre capital mercantil europeu e povos originários; capital mercantil e negros escravizados; colonizador/senhor de escravos e mulheres expropriadas (negras, majoritariamente). Assim, é imperioso afirmar que na América Latina durante o capitalismo colonial a contradição capital x trabalho, não se expressa da mesma forma que na *via clássica* de desenvolvimento do capitalismo. Isto porque a fração protagonista do capital, naquele momento, é a comercial e a força de trabalho,

também, através de movimentos de incorporação histórica, formações *Colonial-Escravistas* (Brasil do século XVI, por exemplo) e *Colonial-Mercantis* (as feitorias asiáticas de portugueses e espanhóis). Um segundo processo civilizatório, impulsionado pela mesma revolução tecnológica amadureceu, por aceleração evolutiva, as primeiras formações *Capitalistas Mercantis* (Holanda, Inglaterra e França do século XVII); e, por incorporação histórica, as suas contrapartes externas que surgiram também como *Colonialismos Escravistas* (Antilhas, século XVII) e *Mercantis* (Indonésia, século XVIII). Mas a elas acrescentaram as formações de *Colônias de Povoamento* (Costa Oeste dos Estados Unidos, entre outras). Como se vê, em todos esses casos, produziram-se estruturas bipartidas embora mutuamente complementares: o centro reitor e seus contextos externos. Dentro desse sistema unificado de interdependência, os povos cênicos ou autônomos e os periféricos ou dependentes, por suas posições assimétricas, cumpriam funções produtivas e distributivas também distintas, embora complementares e, correlativamente, tinham perspectivas por igual díspares de desenvolvimento. Os núcleos cênicos, depois de beneficiados pelo saqueio das riquezas acumuladas pelos povos que dominaram, continuaram fortalecendo-se com a sucção do produto do seu trabalho. O efeito disso foi um desenvolvimento contínuo, limitado apenas por relações eventualmente espoliativas que estabeleciam com outros núcleos cênicos. *As áreas periféricas, além de saqueadas, continuaram tanto mais exploradas quanto mais riquezas pudessem produzir. Experimentaram, não obstante, certo grau de modernização reflexa, principalmente no campo da tecnificação de suas atividades produtivas que permitia vislumbrá-los como economias coloniais prósperas, sempre, porém de uma ‘prosperidade’ não generalizável*”. (RIBEIRO, D., 1978 [1971], p. 23-24 - grifo nosso)

majoritariamente, empregada nas colônias é o(a) negro(a) e o(a) originário(a) escravizados(as).

Assim, na consideração da particularidade da “questão social” na América Latina, não cabe desconsiderar a condição histórica-estrutural anterior dos trabalhadores e trabalhadoras, pois tal configuração os coloca frente ao avanço capitalista numa condição particular de opressão. Patriarcado e racismo são, portanto, relações sociais estruturantes que determinam um lugar singular na estrutura de classes das sociedades coloniais, primeiro, e dependentes, depois, somando e atualizando antigas e novas contradições à forma particular de reprodução capitalista assentada sob a superexploração da força de trabalho na América Latina contemporânea.

Para Alcira Argumedo (1993) esse drama histórico do capitalismo colonial, recheado de pilhagem, escravização, assassinato e violências diversas é o primeiro indicativo de uma ideia homogênea de América Latina, posto que apesar de caber pouca dúvida acerca da heterogênea composição sociocultural desse continente, a identidade latino-americana começa a ser forjada histórico-estruturalmente a partir da unificação desses territórios no processo traumático da conquista e colonização – o qual, para a autora, não teria ocorrido de forma romântica e pacífica, sem luta de classes.

Tanto Argumedo (1993) quanto Ribeiro (1991) consideram que a insurgência, a insubmissão, as lutas e a resistência política foram uma constante no processo histórico latino-americano. Em suas palavras:

(...) fueran diversas formas de rebeldía abierta, insurrecciones y movimientos de protesta ante condiciones de expoliación que las masas de estos territorios nunca aceptaron pasivamente. Evidencias de la férrea decisión de afirmar su dignidad como pueblos, como comunidades, como hombres y mujeres, no obstante los periodos de aparente sometimiento, cuando el genocidio o la derrota obligaban a replegarse hasta recobrar fuerzas o encontrar nuevas oportunidades de insurrección. (ARGUMEDO, 1993, p. 16-17)

Começa assim e ali o desmonte daquela mole imensíssima de povos, civilizações e culturas, enquanto formas próprias autônomas de ser da humanidade, para sobre seus escombros se reconstruírem, eles próprios, com o oposto de si mesmos, sob a regência do dominador estrangeiro e hostil. Numa segunda instância, desgastados os povos que encontrou aqui, o europeu foi buscar milhões de outras gentes: povos negros africanos, para manter funcionando seu moinho de gastar gentes para produzir riquezas exportáveis. Mais tarde, quando o proletariado europeu, excedendo às necessidades de mão-de-obra do seu sistema produtivo, se converte, ele também, em mercadoria exportável, uma onda de branquitude gringa vem ter também às

Américas. (...) A perseguição prossegue nos séculos seguintes, em novo compasso é verdade, mas no mesmo rumo de civilizar cristianizando e europeizando. Já sem o esplendor do saqueio milionário de outrora, por que despojados de todos seus bens, os índios remanescentes se converteram em párias. São mera força de trabalho superexplorada que mal consegue sobreviver nas terras em que um dia edificaram civilizações. Ou são tribos especializadas na fuga, deslocando-se incansavelmente para além da fronteira da civilização para escapar dela. Quanto à sobrevivência indígena, é de assinalar o milagre espantoso de sua luta e de sua resistência, que está a nos demonstrar que a etnia é uma das forças mais prodigiosas da história. Tão capaz de resistir brigando através dos séculos, como disfarçada para não ser vista nem percebida, mas guardando no peito seu próprio ser, sua cara e seu orgulho de ser aquela gente única e imiscível que são. (RIBEIRO, D., 1991, p. 16 e ss)

Lamentavelmente são poucas e/ou difíceis de encontrar as fontes de dados, pesquisas e publicações sobre movimentos e lutas dos originários, negros e mulheres, tornados trabalhadores para produzir riquezas exportáveis *por meio do açoite, do ferro em brasa e da tortura*, conforme caracterização de Marx (1984 [1867]), anteriormente citada. No entanto, apesar da invisibilização dessa processualidade histórica e sua resposta política, pela sua importância na análise da particularidade da “questão social” na América Latina, nos parece fundamental a retomada de uma agenda de pesquisa sobre o tema. Cabe destacar que, nos limites desse texto, a intencionalidade aqui foi apenas apontar vestígios da existência de expressões políticas da chamada “questão social” anteriormente ao ciclo de industrialização e a formação de sindicatos e partidos políticos, bem como defender uma agenda de pesquisa que incorpore nosso processo histórico e contradições na consideração dos termos da “questão social” na cena contemporânea.

CONCLUSÃO

A atualidade do debate sobre a superexploração da força de trabalho é uma possibilidade real de aglutinar o campo teórico que enfrenta a "questão social" nos marcos da dependência latino-americana. Em nossa hipótese essa possibilidade se potencializa se considerarmos a dependência historicamente, desde a antessala do subdesenvolvimento no período da acumulação primitiva e suas expropriações, com as contradições e disputas políticas que remetem

ao capitalismo mercantil fundado na violência, no racismo e no patriarcado, essencialmente.

Para Marini (2005 [1973]-a), a superexploração da força de trabalho opera uma lógica de submissão completa do trabalho ao capital, sendo que esse é um marco teórico-metodológico fundamental para compreender a “marginalidade social¹⁰”:

O que importa assinalar aqui, em primeiro lugar, é que a superexploração não corresponde a uma sobrevivência de modos primitivos de acumulação de capital, mas que é inerente a esta e cresce correlativamente ao desenvolvimento da força produtiva do trabalho. *Supor o contrário equivale a admitir que o capitalismo, à medida que se aproxima de seu modelo puro, converte-se em um sistema cada vez menos explorador e logra reunir as condições para solucionar indefinidamente suas contradições internas.* Em segundo lugar, de acordo com o grau de desenvolvimento das economias nacionais que integram o sistema, e do que se verifica nos setores que compõem cada uma delas, a maior ou menor incidência de formas de exploração e a configuração específica que elas assumem modificam qualitativamente a maneira como ali incidem as leis de movimento do sistema e, em particular, a lei geral da acumulação do capital. *É por essa razão que a chamada marginalidade social não pode ser tratada independentemente do modo como se entrelaçam nas economias dependentes o aumento da produtividade do trabalho, que deriva da importação de tecnologia, com a maior exploração do trabalhador, que esse aumento da produtividade torna possível.* (MARINI, 2005 [1973]-b, p. 192-193, grifo nosso)

A superexploração da força de trabalho, se expressa no cotidiano de vida dos trabalhadores em um conjunto de misérias humanas, que inclui privações, habitações precárias distantes do trabalho, inserção em diversas formas de trabalhos precarizados, ampliação extensiva da jornada de trabalho e baixa remuneração – condição estrutural que se agudiza com o aumento da produtividade do trabalho. Tal agudização ocorre porque a tendência é que

¹⁰ Aqui Ruy Mauro debate com o conceito de “marginalidade social”, o qual conta com largo debate teórico na sociologia latino-americana. Destacamos nesse debate a contribuição de Lucio Kowarick: “Em outros termos, o capitalismo da região desenvolve-se transformando pequena parcela da força de trabalho em trabalhadores assalariados: ao desenvolver, libera parte da mão-de-obra vinculada às relações de produção ‘tradicionais’, que não consegue se transformar em assalariada. Mas esta ‘libertação’ não é aleatória, Ela é criada com a intensificação do processo industrial, dando origem a vastas parcelas de mão-de-obra que passam a operar sob ‘novas’ relações de produção ‘arcaicas’, presentes em boa parte das atividades integrantes do setor terciário da economia (...). E o mais importante é que tanto a manutenção destas formas ‘tradicionais’, como a criação de ‘novas’ são parte integrante de um modo de produção que, não obstante ser em sua dinâmica essencial de corte nitidamente capitalista, no processo de sua acumulação, as articula e delas se alimenta. Em outros termos, não se trata de duas estruturas, uma ‘moderna’ e outra ‘tradicional’, ‘arcaica’ ou ‘marginal’. Trata-se de uma lógica estrutural, de tipo capitalista, a qual ao mesmo tempo gera e mantém formas de inserção na divisão social do trabalho não tipicamente capitalistas que longe de serem um peso morto constituem partes integrantes do processo de acumulação”. (KOWARICK, 1985, p. 60-61)

cresça a massa de bens necessários (vestuário, alimentação, transporte, moradia) e também de bens sociais (refrigerador, máquina de lavar roupas, televisão, telefone celular, educação, cinema, ócio, etc), sendo que essa ampliação não se expressa em termos do valor da força de trabalho, levando a uma compressão do consumo da classe trabalhadora – e, mais recentemente de forma brutal, ao endividamento familiar¹¹. Desse modo, é importante salientar que a superexploração da força de trabalho conduz a um incremento da pobreza relativa, em condições que afetam a reprodução normal da força de trabalho. (OSORIO, 2016)

A partir das contribuições da Teoria Marxista da Dependência, portanto, temos uma chave interpretativa que infere que *o fundamento da dependência é a superexploração da força de trabalho* e seu desenvolvimento conduz *ao aprofundamento da dependência e a agudização das contradições fundantes do capital*.

Em nossa avaliação, esse arcabouço teórico-político permite muito especialmente situar com radicalidade histórica os termos da “questão social” na América Latina – sendo esse um movimento muito necessário, especialmente na nova conjuntura latino-americana do século XXI, a qual revela pelo falácia de uma agenda pseudo-desenvolvimentista, democrática e popular a importância de retomarmos um programa de pesquisa que tome como tema central a reprodução do capital que prevalece no capitalismo dependente, suas expressões políticas e históricas opressões de classe, gênero e etnia.

REFERÊNCIAS

ARGUMEDO, A. **Los silencios y las voces en America Latina**: notas sobre el pensamiento nacional y popular. Buenos Aires, Ar.: Ediciones del Pensamiento Nacional 1993.

ARICÓ, J. Marx y América Latina. **Nueva Sociad**, n. 66, mayo-junio, p. p. 47-58, 1983.

BAMBIRRA, V. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2012.

¹¹ Sobre o tema do endividamento como nova forma de expropriação do trabalho, pela via do acesso ao crédito, consultar tese de Rivânia Moura. Cf. (MOURA, 2016)

- BM, B. M. **World Bank Open Data**. 2016.
- BAGU, Sergio. **Economia de la sociedad colonial**. Buenos Aires: Librería El Ateneo, 1949.
- GUNDER FRANK, A. **América Latina: subdesarrollo o revolución**. México: Ediciones Era, 1973.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD Contínua**. 2016.
- KOWARICK, L. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- MANDEL, E. **A Crise do capital**. São Paulo: Ensaio, 1990.
- MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. O. (Ed.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005 [1973]-a.
- _____. Sobre a Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Ed.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005 [1973]-b.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A sagrada família, ou, A crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e seus consortes**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011 [1845].
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. [Livros II e III]
- MESZAROS, I. **The structural crisis of capital**. New York: Monthly Review Press, 2010. 218 p.
- MOTTA, C. V. et al. **PIB cai 3,8% em 2015, pior retração desde 1990**. Valor Econômico. São Paulo 2016.
- NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da "questão social" [apêndice]. In: NETTO, J. P. (Ed.). **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Editora Cortez, 2006.
- OSORIO, J. Fundamentos de la superexplotación. **Razón y Revolución**, n. 25, 2013.
- _____. **Teoría marxista de la dependencia. Historia, fundamentos, debates y contribuciones**. México, DF: Universidad Autónoma Metropolitana e Editorial Itaca, 2016.
- _____. **Explotación redoblada y actualidad de la revolución: refundación**

societal, rearticulación popular y nuevo autoritarismo. México DF: Editorial Itaca; UAM Xomichilco, 2009.

PRADO JR., C. **A Revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

RIBEIRO, D. **O povo latino-americano**. Carta, falas, reflexões e memórias - Informe de distribuição restrita do senador Darcy Ribeiro. Brasília: Senado Federal n. 02, 1991.

_____. **As Américas e a civilização**: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.